

ICMBio

Especial

em foco _____ Ed.615 - Ano XVI - Junho/24

Conheça as principais entregas do Instituto Chico Mendes à sociedade em 2023

No ano passado, muito tempo, esforço e energia foram investidos em reestruturar o Instituto, reorganizar os processos e fluxos de trabalho, e pensar na governança. Ainda assim, muitas entregas foram feitas à sociedade, o que demonstra a resiliência do ICMBio, baseada principalmente na qualidade de seu corpo de servidores.



► **Expediente**

ICMBio em foco
Revista eletrônica

Edição
Ricardo Peng

Projeto Gráfico
João Paulo Cavalcante

Diagramação
João Paulo Cavalcante

Revisão de Texto
Bruna Eduarda Duarte de Freitas

Coordenador de Comunicação Social
Ricardo Peng

Foto da Capa
Rebeca Hoefler

Colaboraram nesta edição
Presidência/ICMBio
Diretorias/ICMBio

ICMBio em Foco foi uma revista eletrônica semanal, publicada de 2007 a 2022. Foi descontinuada em março de 2022 após 614 edições. A publicação semanal será retomada em breve. Essa edição especial marca o empenho da atual gestão para reativar esse importante meio de comunicação do Instituto.



Coordenação de Comunicação Social - CCOM
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104
Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF
Fone: +55 (61) 2028-9280
Email: comunicacao@icmbio.gov.br
Site: <http://gov.br/icmbio>



@ICMBio



@canalicmbio



@ICMBio



@Canal ICMBio



@ICMBio

► **Mensagem**



Por *Mauro Pires*
Presidente do ICMBio

As mudanças por que passou a administração pública no início de 2023 abrangeram igualmente a área ambiental. No Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), alterações na atuação do órgão e nas equipes se iniciaram já nas primeiras semanas, e se intensificaram após a posse do novo presidente, em maio. A alta direção do Instituto se tornou integralmente formada por servidores do próprio órgão, bem como a maioria das coordenações de cada diretoria, das gerências e coordenações regionais e chefias das unidades ou núcleos de gestão integrada.

Desde então, a atuação do Instituto vem sendo conduzida mediante a retomada das diretrizes e prioridades que nunca deviam ter sido interrompidas: o combate ao desmatamento, a criação de novas unidades de conservação, a formação de parcerias com instituições da sociedade civil, o fortalecimento da participação e do controle social, e a valorização do quadro dos servidores e de todos os agentes públicos do Instituto.

E os resultados começaram a aparecer ao longo desse ano, alguns dos quais detalhamos na presente publicação. São medidas que refletem nosso inequívoco compromisso com a missão institucional do ICMBio, que se traduz em seu fortalecimento como órgão de estado, menos permeável a eventuais desmandos e ingerências descabidas. A criação do ICMBio, há 16 anos, representou grande salto conceitual e institucional para a implementação da Política Nacional de Meio Ambiente, mas todos nós sabemos o quanto de esforço e resiliência ainda são necessários para que esse caminho seja percorrido.

O valor do ICMBio não se limita hoje às finalidades dispostas na Lei que o criou. Os dados aqui apresentados mostram que, em seus dezesseis anos de existência, o Instituto vem cumprindo o seu papel de conservar a natureza. As unidades de conservação contribuem de forma decisiva para o desenvolvimento socioeconômico do País, entre outras coisas, porque fornecem valiosos serviços ecossistêmicos -- como a oferta de água, o sequestro de carbono e a conservação dos solos -- considerados fundamentais para o desenvolvimento das atividades econômicas, sociais e culturais. Por isso, esta gestão assumiu o compromisso de que nosso riquíssimo e inigualável patrimônio natural deva servir a toda a sociedade brasileira. É com esta finalidade que compartilhamos, nesta publicação, alguns dos resultados alcançados recentemente. Queremos, assim, que as pessoas conheçam e reconheçam o papel das áreas protegidas na construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável para o País.



Sumário

- 1** *Conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável de territórios tradicionais em UCs*
- 2** *Fortalecimento da participação e do controle social e ampliação das parcerias*
- 3** *Governança e fortalecimento institucional*
- 4** *Valorização dos servidores do Instituto*
- 5** *Comunicação social e gestão da informação*
- 6** *Prevenção e controle do desmatamento e queimadas nas UCs*
- 7** *Emergências Ambientais*
- 8** *Criação ou ampliação de UCs*
- 9** *Revitalização dos territórios de comunidades tradicionais, sobreposição territorial e harmonização de direitos*
- 10** *Consolidação das UCs*
- 11** *Uso para todos os públicos*
- 12** *Centros de Pesquisa e a conservação para além das áreas protegidas*

A close-up photograph of a person's hands using a machete to cut a tree trunk. The person is wearing a red shirt. The tree trunk has several horizontal cuts. A black cup is visible at the bottom left. The background is a blurred forest.

1 **Conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável de territórios tradicionais em UCs**

O ICMBio tem o importante papel de promover o desenvolvimento sustentável de territórios tradicionais nas unidades de conservação federais, contribuindo para melhoria das condições de vida de povos e comunidades tradicionais e, simultaneamente, para o fortalecimento de uma boa governança nos territórios coletivos, que colabore para o objetivo de se proteger o patrimônio ambiental que as áreas protegidas salvaguardam.

Uma das estratégias adotadas é o fortalecimento do uso sustentável dos recursos naturais e das economias da sociobiodiversidade nas unidades de conservação federais. Para tanto, o ICMBio conta com diferentes instrumentos de gestão para o ordenamento do uso de recursos naturais. Neste sentido, no ano de 2023 foram viabilizados os seguintes instrumentos, em favor de iniciativas de comunidades locais: dois novos Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário; oito Autorizações de Exploração novas e/ou renovadas/ prorrogadas; anuência para despesa do pirarucu para seis unidades de conservação federais (anuência para emissão de cota pelo Ibama).

O manejo florestal comunitário está sendo implementado junto a 10 associações e cooperativas de comunidades tradicionais em 7 Unidades de Conservação de Uso Sustentável e está em curso processo de saneamento de projetos com problemas. Foram também construídas as diretrizes para a identificação e estruturação de cadeias produtivas da pesca em cinco Reservas Extrativistas Marinhas.

Ainda sobre o uso e manejo comunitário florestal madeireiro e não madeireiro, de fauna, pesca ou outros recursos naturais em UC de uso sustentável, o ICMBio, por meio da Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em UC - DISAT, elaborou um diagnóstico dos territórios onde estão inseridas cerca de 100 unidades de conservação (UC) que abrigam povos e comunidades tradicionais na Amazônia, Cerrado e Caatinga e, a partir desse diagnóstico, desenhou um Plano de Ação com a participação de atores de parte destes territórios para a estruturação de cadeias produtivas da sociobiodiversidade.

Sobre famílias guardiãs nas unidades de conservação e o Programa Bolsa Verde:

Está em curso importante esforço de campo e gerencial para a atualização de cadastros de famílias em territórios tradicionais, que deverá ser complementado por procedimentos participativos de validação de relação de famílias aptas a serem contempladas por políticas públicas de inclusão socioprodutiva nas unidades de conservação. Trata-se de um grande esforço para a ampliação do acesso a direitos coletivos.

Desde o começo de 2023, sob a motivação do Programa Bolsa Verde, foi retomado o processo de identificação das famílias beneficiárias das unidades de conservação, em especial Resex, RDS e Flonas com comunidades tradicionais. Isso passa pelo cadastramento, definição do perfil de famílias beneficiárias, que é um processo participativo, e aprovação da lista das famílias nos conselhos gestores. Para tal, houve captação de recursos de diversas fontes, como por exemplo, um TED recebido do MMA no valor de R\$14.979.943,00 (quatorze milhões, novecentos e setenta e nove mil, novecentos e quarenta e três reais), que foi totalmente executado.

Foi elaborada a primeira versão de um aplicativo de coleta de dados para o levantamento ocupacional e, com ele, houve o levantamento de dados de mais de 1.000 famílias nas Resex Arapiranga-Tromai e Itapetininga e da Flona Aripuanã.

Nas Resex, RDS e Flonas com comunidades tradicionais há ao todo 65 mil famílias cadastradas nas bases do ICMBio, com vistas a diversas políticas públicas. Destas, houve a indicação de cerca de 25 mil famílias tradicionais em 24 unidades de conservação para o Programa Bolsa Verde. A expectativa é que em 2024 tenhamos 90 mil famílias cadastradas, com aquelas beneficiárias e inseridas no CADÚnico indicadas para o Bolsa Verde.

O ICMBio participou do Grupo de Trabalho de construção da PEC da Reforma Tributária e na elaboração do Plano Nacional de Bioeconomia. Também apoiou a construção do documento Diretrizes da Assistência Técnica do Programa Bolsa Verde. Há articulação com o MDA, INCRA e CONAB para o uso do banco de dados das famílias beneficiárias das UCs gerenciadas pelo ICMBio para acesso às políticas públicas.

2 Fortalecimento da participação e do controle social e ampliação das parcerias

O ano de 2023 foi de revitalização e retomada dos trabalhos dos conselhos das UCs. Trazendo um exemplo extremamente significativo, duas das UCs mais deflagradas, Resex Chico Mendes e Resex Verde para Sempre, ambas com seus conselhos renovados, tiveram os perfis de beneficiários aprovados com tranquilidade. Este fato demonstra que o esforço e empenho do Instituto na reconstrução da governança tem tido sucesso e está colhendo frutos na gestão de conflitos e retorno das parcerias.

Outro exemplo de sucesso na retomada da participação e controle social, em reuniões realizadas na RESEX Médio Purus, em dezembro, quando participaram representantes de 14 comunidades do interior da Resex e duas Terras Indígenas, além de Funai e ICMBio, foi a pactuação de um Acordo de Uso para a área de restrição de uso em razão da presença de indígenas isolados. O Acordo garante o uso tradicional da área por famílias extrativistas, respeitando as áreas de uso dos comunitários e evitando conflitos.

No que se refere à instalação de novos conselhos, em 2023, três UCs tiveram seu Conselho Gestor criado (Flona do Rio Preto, Flona do Aripuanã e Rebio Manicoré). Somando-se este número aos Conselhos instituídos em anos anteriores, são 298 UCs com Conselhos Gestores instituídos, ou seja, 88,7% do total das UCs federais.

Em relação às parcerias, o ICMBio conta para apoio nas suas atividades com 136 parcerias em execução. Destas, 58 foram iniciadas no ano de 2023. Entre elas, podemos destacar:

- **Oito projetos com captação internacional**, sendo sete em execução (ARPA, GEF-MAR, GEF Terrestre, Gestão Florestal, Paisagens Sustentáveis, GEF Pró- Espécies, Doações POP) e um encerrado este ano (PNUD BRA 08). Estes projetos beneficiam 148 UCs e contaram com execução em 2023 (jan-dez) de aproximadamente R\$ 45,4 milhões, destacando a compra de dezesseis caminhonetes

4X4 e a entrega da construção da sede da GR 1, localizada em Santarém, pelo Gestão Florestal.

- **Três projetos decorrentes de acordos judiciais** (TAJ Litoral do Paraná, TAC Frade e TAC Aslub) que beneficiam 20 UCs nos Estados do Paraná e Rio de Janeiro.

- **Seis projetos com Fundações de Apoio credenciadas junto ao ICMBio** (cinco convênios e um Acordo de Cooperação) nas áreas temáticas de apoio ao monitoramento ambiental, pesquisa da biodiversidade, gestão socioambiental e cadeias produtivas, que somam aproximadamente R\$70 milhões.

- **Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre Ministério do Turismo (MTur), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), ICMBio e Embratur**, especificamente para o desenvolvimento do turismo sustentável em Unidades de Conservação e nos seus entornos. A assinatura aconteceu durante a 7ª edição do Salão Nacional do Turismo, em dezembro de 2023. Além de desenvolver, promover e apoiar a comercialização do ecoturismo, o ACT possibilita diversificar e melhorar as atividades oferecidas, gerar mais renda, com a geração de empregos diretos e indiretos e promover a conservação do patrimônio ambiental. O trabalho envolve a capacitação de atores locais visando a atração de investimentos, a ampliação do número de visitantes e a conservação da sociobiodiversidade.

- **O Acordo de Cooperação Técnica com o Estado do Ceará** está em vias de ser assinado e tem como objetivo a cooperação mútua para a implementação de ações voltadas ao desenvolvimento turístico e social/sociocultural e promoção da gestão ambiental integrada da região de Jericoacoara, com foco na criação e implementação do Mosaico de Unidades de Conservação de Jericoacoara.



Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre Ministério do Turismo (MTur), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), ICMBio e Embratur. Foto: João Paulo Cavalcante/CCom ICMBio



Acordo de Cooperação Técnica com o Estado do Ceará, com foco na criação e implementação do Mosaico de Unidades de Conservação de Jericoacoara. Foto: João Paulo Cavalcante/CCom ICMBio



3 Governança e fortalecimento institucional

O ano de 2023 foi um ano de reconstrução e de realinhamento institucional, quando a atual estrutura organizacional do Instituto Chico Mendes e seu respectivo quadro de Cargos e Funções Comissionadas Executivas (CCE e FCE) foram revisados e uma nova proposta enviada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) para encaminhamentos, em novembro deste ano. A proposta está no Ministério da Gestão e Inovação (MGI) para análise. A revisão se justifica, pois a atual estrutura de cargos e funções encontra-se subdimensionada e insuficiente para fazer frente aos novos e complexos desafios que se impõem ao instituto com a retomada e a ampliação das ações do Governo Federal no âmbito da proteção e conservação dos biomas nacionais e das espécies ameaçadas de extinção.

A proposta que foi submetida ao MMA para encaminhamento visa a modernização da atual estrutura regimental, em consonância com a proposta técnica apresentada no Relatório Final do Grupo Técnico da Comissão de Transição Governamental, elaborado em dezembro de 2022.

As propostas de ajuste da estrutura de cargos e funções, apresentada pelo Comitê Gestor do ICMBio, pretendem dar suporte às seguintes necessidades:

- a) Ampliação do número de cargos nas unidades de conservação, de 307 para 407 cargos.
- b) Remodelagem das instâncias nas Gerências Regionais, ampliando de 6 para 10 as Coordenações Regionais que atuam em áreas territoriais específicas.
- c) Criação de nova coordenação da DIPLAN para responder à área de estruturação de TI.
- d) Remodelagem das instâncias técnicas da DIMAN para responder a novas demandas da diretoria (maior suporte à fiscalização; fortalecimento das áreas de emergências ambientais e negócios e serviços ambientais; apoio a mosaicos e corredores; apoio às operações aéreas).
- e) Remodelagem das instâncias técnicas da DISAT para responder à novas demandas da diretoria (fortalecimento das agendas de participação social, educação ambiental e produção sustentável; criação de novas coordenações técnicas para as áreas de cadastramento e gestão de pessoas residentes em UC e gestão e ordenamento da pesca em UC).
- f) Remodelagem das instâncias técnicas da DIBIO para responder à novas demandas da diretoria (criação de nova coordenação para apoio às autorizações diretas; criação de divisões técnicas para áreas de saúde animal, adaptação das UCs às mudanças climáticas e gestão de informações voltadas ao uso da biodiversidade).

Em relação à Política de Governança do Instituto, foi publicada uma nova Portaria, que é um aperfeiçoamento do instrumento já existente, a partir da verificação de que várias atribuições fundamentais que estruturam a governança institucional do Instituto encontravam-se dispersas em diferentes atos orientadores, tornando difícil a compreensão integrada de seus conceitos fundamentais, princípios, diretrizes e atribuições das instâncias que compõem o sistema de governança do Instituto. Algumas inovações foram incorporadas à Política, como a criação de um Conselho de Governança, com a participação da sociedade civil.

O Planejamento Estratégico 2020-2023 foi elaborado de maneira integrada com o MMA e vinculadas. Os

principais objetivos afeitos à agenda de responsabilidade do ICMBio estavam relacionados à conservação e o manejo de espécies com base em iniciativas de usos sustentáveis da biodiversidade nacional, à viabilização dos serviços ambientais para promover o desenvolvimento sustentável especialmente em áreas protegidas e comunidades locais, à promoção da conservação e a recuperação da vegetação nativa, à redução do desmatamento ilegal e os incêndios florestais, ao aprimoramento da regulação e a efetividade dos instrumentos de controle e fiscalização ambiental, e também à geração de dados e disseminação de informações e conhecimentos técnicos e científicos acerca do meio ambiente.

Foi iniciada em 2023 a discussão e elaboração do planejamento estratégico do ICMBio para o novo ciclo 2024 - 2027, com proposta elaborada pela equipe de consultoria interna do Programa de Gestão para Resultados – PGR em conjunto com o Comitê Gestor do ICMBio, tendo como foco:

- (i) Fortalecimento dos mecanismos de governança e transparência do ICMBio;
- (ii) Maior engajamento dos servidores na execução das atividades;
- (iii) Promoção de maior alinhamento na gestão do ICMBio (planejamento estratégico conversando com os planejamentos específicos); e
- (iv) Aumento na efetividade da gestão – foco em resultado.

Quanto à questão orçamentária, no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) 2023 havia a disponibilidade de R\$285.000.000,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões) para o ICMBio, o que seria insuficiente para a execução da sua missão institucional de forma efetiva. Entretanto, como consequência da retomada e da valorização da agenda ambiental pelo novo governo, o ICMBio recebeu o Crédito Suplementar de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões) para além do previsto no PLOA 2023, bem como o ressarcimento pelo IBAMA e MPA de despesas realizadas, no valor de R\$2.338.000,00 (dois milhões, trezentos e trinta e oito mil reais).

O recurso orçamentário total recebido pelo ICMBio em 2023 foi de R\$476.586.455,00 (quatrocentos e setenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e seis mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais), contabilizando aí dois TEDs recebidos do MMA, sendo um para a implementação do Bolsa Verde (R\$15 milhões) e o outro para a sinalização de trilhas (R\$800 mil), além do valor recebido pelo ADPF 709, com execução de 100% do orçamento disponibilizado.

4

Valorização dos servidores do Instituto

Para trabalhar as prioridades de gestão e enfrentar os desafios inerentes à Missão do Instituto é fundamental batalhar pela **valorização dos que trabalham no ICMBio**, o que pressupõe o aprimoramento da carreira, a recomposição do quadro de servidores, e a formação continuada. Como encaminhamentos neste sentido, pode-se citar como avanços em 2023:

- **A nomeação de servidores do quadro do Instituto para cargos de direcionamento.**
- **Chamada dos concursados** referentes ao concurso realizado em 2021, sendo ao longo do ano representado pelo aumento efetivo de 58 Analistas Ambientais e 32 Técnicos Ambientais.
- **Solicitação de novo concurso público ao MGI** para a provisão de 887 cargos vagos, sendo 503 cargos de Analista Ambiental e 384 cargos de Analista Administrativo.
- **Aumento do efetivo de Agentes Temporários Ambientais (ATAs)**, tendo sido realizados ao longo do ano 2.423 novos contratos, totalizando 3.505 contratos ativos no mês de dezembro de 2023. O aumento do número de ATAs em relação ao ano anterior foi de 21,65%.
- **Apoio para a reestruturação da carreira**, por meio do restabelecimento da mesa de negociação setorial no âmbito do MMA e a proposta de reestruturação que está no MGI.
- **Instituição do adicional de periculosidade**, a contar de dezembro de 2023.
- **Política de remoção** - o ICMBio sofre com a limitação do número de servidores e a impossibilidade de movimentação dos novos concursados. Uma nova política de remoção dependerá da nomeação de novos servidores.
- **PGD** - foi elaborada proposta para adequação do teletrabalho à nova realidade de governo.

Em julho de 2023 foi publicada a nova Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGPRT/MGI nº 24 que estabelece as novas orientações referentes à implementação e execução do Programa de Gestão e Desempenho – PGD, estabelecendo um prazo de 12 meses para cada órgão adequar seu regimento a essa nova IN. A principal mudança no PGD é a promoção de uma gestão voltada para resultados. CGGP e CGOV estão estudando os melhores meios para implementar uma gestão para resultados e publicação de uma nova portaria sobre o PGD. Assim, permanece válida a Portaria ICMBIO nº 512 de 21 de junho de 2022, que institui no PGD no ICMBio na modalidade teletrabalho. Atualmente, do total de 1753 servidores, 593 estão em teletrabalho, sendo 383 em regime parcial, 212 integral e 9 em integral no exterior.

Em 15 de setembro de 2023, foi publicada a Instrução Normativa ICMBio nº 12, que estabeleceu os procedimentos gerais para a instituição e a utilização do time volante como instrumento de Política de Gestão de Pessoas. Seu objetivo foi substituir as ordens de serviços, portarias e atos semelhantes que alteravam a localidade do exercício ou unidade de vínculo de prestação das atividades pelo servidor.

O time volante é uma equipe composta por servidores constituída, por no máximo 24 meses, para atender a determinado objetivo de interesse institucional, cumprindo atividades pré-estabelecidas em portaria de pessoal individual, sob a coordenação da unidade organizacional interessada. Deve ser definida a modalidade de participação: integral (100% da jornada de trabalho) ou parcial (até 40%).

Com esse instrumento, os servidores permanecem em exercício nas suas unidades de lotação, podendo optar pela modalidade de teletrabalho, conforme determinação da coordenação do respectivo time. Em 2023, foram publicadas quinze portarias de time volante e quarenta e uma portarias de pessoal individual.

Em relação à Qualidade de Vida no Trabalho, as atividades do Mediare no ano de 2023 envolveram atendimento a 18 unidades organizacionais do ICMBio, em ações de desenvolvimento de equipes e mediações de conflitos. No âmbito desses atendimentos, além dos trabalhos em grupos também foram realizadas escutas individuais aos membros das equipes, somando mais de 115 horas de escutas.

No campo dos processos formativos, o Mediare promoveu o Curso Prático para Mediadores Institucionais, com duração de 43 horas, dentro de uma estratégia de formação continuada dos mediadores do ICMBio, bem como o Curso de Gestão de Conflitos Interpessoais em Equipes, com carga horária de 50 horas, direcionado especialmente para lideranças, com foco no desenvolvimento de competências para a autogestão de conflitos. Foi ministrado, ainda, o Curso de Gestão das Emoções no Trabalho, com 20 horas de formação on line.

Em novembro de 2023 foi formalizado, via assinatura de um Protocolo de Intenções, o interesse do ICMBio e da Enap em estabelecer as bases de uma cooperação técnica e operacional para a oferta de cursos a distância na EV.G para servidores públicos e cidadãos em temas relacionados ao governo e políticas públicas. Em 2023, foram 15.134 pessoas capacitadas em cursos em que o ICMBio é conteudista na plataforma da Enap. Atualmente são 11 cursos hospedados na EV.G.

Em relação aos cursos promovidos/apoiados pela Acadebio, foram 3.427 pessoas capacitadas em 123 eventos distintos no ano de 2023, sendo 2.282 servidores, entre efetivos e temporários, tendo sido investido o valor de R\$ 3.862.727,37.

5

Comunicação social e gestão da informação

Uma frente fundamental de atuação é a gestão da informação e do conhecimento aliada ao fortalecimento da comunicação social, buscando melhorias nos processos internos de trabalho e na relação com diversos setores sociais. Para tanto, no ano de 2023, a CCOM foi estruturada com a contratação de novos terceirizados, além de novo espaço físico e, principalmente, novas atribuições, que geraram os seguintes resultados:

- Avanços na comunicação social e divulgação de informações, por meio das redes sociais, com diagnóstico, pesquisa e orientações. Um exemplo foi o recorde de curtidas e visualizações no Instagram com o gato palheiro melânico do Parna de Emas.
- Fortalecimento da comunicação via Internet, com mais conteúdo no site do ICMBio e na intranet.
- Elaboração do catálogo de logomarcas.
- Início da organização do acervo de fotos.
- Transmissões ao vivo qualificadas do auditório e confecção de vídeos institucionais.
- Criação do Canal ICMBio no WhatsApp.
- Projeto retomada do ICMBio em Foco.
- Proposta para Estruturação e Fortalecimento da Comunicação do ICMBio, por meio de uma política interna e orientações.
- Contratação para diagnóstico e reorientação das redes sociais.

Uma instância pública de participação e controle social é a Ouvidoria do ICMBio, órgão integrante do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, que é responsável por acolher as demandas dos usuários internos e externos do órgão (pessoa física ou jurídica), receber suas manifestações com o objetivo de aprimorar a gestão pública, melhorar os serviços oferecidos e garantir os procedimentos de simplificação desses serviços, sempre pautados na ética, transparência e cidadania em respeito ao processo democrático. Por meio dela, o cidadão pode apresentar, com sigilo e segurança, denúncias, reclamações, elogios, sugestões, solicitações de providências e pedidos de simplificação de serviços públicos relacionados às áreas de atuação do Instituto, bem como pedir Informações públicas que estejam sob a guarda do ICMBio.

Em 2023, a Ouvidoria do ICMBio recebeu e tratou um total de 952 manifestações, representando uma pequena oscilação negativa de 7% em relação ao período anterior. Destaca-se que, como essas manifestações são realizadas por cidadãos, este quantitativo oscila proveniente de fatores externos à ouvidoria.

Das manifestações recebidas durante o período de 2023, as tipologias com maior demanda foram solicitação (39,2%), comunicação (33,4%) e reclamação (18,2%). Vale destacar que 100% das manifestações recebidas foram respondidas dentro do prazo legal (30 dias, prorrogáveis por mais 30).

Em 2023, a Ouvidoria recebeu 784 pedidos de acesso à informação, com 99% destes sendo atendidos dentro do prazo legal. Comparando-se com os anos precedentes, verifica-se que houve um aumento significativo no quantitativo de demandas, representando acréscimo de 87,6% em relação ao exercício anterior.

► Redes Sociais



► Impressão

DEIXE O CARANGUEJO NAMORAR!

NÃO CAPTURE, TRANSPORTE, COMERCIALIZE DURANTE O PERÍODO DE "ANDADA"

PERÍODOS DE DEFESO CARANGUEJO - UÇÁ 2024

**12 a 17 de Janeiro
10 a 15 de Fevereiro
11 a 16 de Março**

DECLARAÇÃO DE ESTOQUE **DENÚNCIAS**



► Produções audiovisuais / coberturas



6

Prevenção e controle do desmatamento e queimadas nas UCs

Especialmente na Amazônia, as UCs constituem barreiras ao desmatamento. Com a recente reativação do PPCDAM, do PPCerrado e a implantação de planos similares para os demais biomas, é fundamental que o ICMBio seja protagonista no combate aos crimes ambientais dentro e no entorno das UCs federais, atuando de forma integrada com as demais agências. O ICMBio possui capacidade para interromper a curva ascendente de desmatamento, por meio da presença institucional e do uso de novas tecnologias.

Como resultado do esforço de fiscalização para controle da supressão de vegetação nativa em UCs federais, houve redução de 58% do desmatamento nas UCs localizadas na Amazônia, na comparação com o ano anterior. Esta redução foi detectada no período de agosto de 2022 a julho de 2023 pelo PRODES.

Também pelo PRODES, no bioma Cerrado, em 2023, foram detectados 7.647 hectares de desmatamento no interior de 29 Unidades de Conservação Federais, valor 5% menor que o total desmatado em 2022. As UCs com maiores taxas de desmatamento são da categoria APA, que concentram 78,5% do total desmatado em UC. Entretanto, em todo o bioma Cerrado, houve um aumento de 3% do desmatamento, totalizando uma área desmatada de 1.101.100 hectares, o que representa um aumento de 3% em relação a 2022.

O percentual desmatado no interior das Unidades de Conservação Federais em relação a área total desmatada no bioma Cerrado, em 2023, foi de 0,7%.

As seguintes ações colaboraram para este resultado:

- Desenvolvimento de um Protocolo de Fiscalização Remota e realização de ações de fiscalização remotas para coibir o desmatamento.
- Formalização de Acordo de Cooperação Técnica com o MapBiomas para o desenvolvimento de ações de combate ao desmatamento e desenvolvimento de sistema para o Gerenciamento e Resposta a Alertas de Desmatamento.
- Aprimoramento do Ciclo de Planejamento e Execução da Fiscalização visando otimizar a mobilização de agentes de fiscalização para atuar em ações direcionadas nas Unidades de Conservação Federais sob maior pressão de degradação ambiental.
- Revisão de atos normativos relativos à fiscalização e apuração de infrações ambientais, incluindo o Regulamento Interno de Fiscalização do ICMBio, que prevê a criação de instrumentos importantes como as Equipes Especiais de Fiscalização.
- Implementação de Divisão de Inteligência para apoiar a fiscalização ambiental do ICMBio.

Um dos indicadores importantes que deve ser levado em consideração quando se trata de promover a redução do desmatamento ilegal e a recuperação da vegetação nativa tem a ver com o processo de apuração das infrações ambientais. Isto é, promover a instrução do processo administrativo, garantir a ampla defesa e o contraditório, julgar os autos de infração e cobrar administrativamente a aplicação da sanção pecuniária, a recuperação da área degradada via PRAD e as demais sanções aplicadas.

A Coordenação de Apuração de Infrações Ambientais no ICMBio coordena as atividades da Equipe Nacional de Instrução (ENI) em 2ª instância, a Equipe de Instrução e Julgamento de Auto de Infração em 1ª instância (EIJAI) e a Equipe de Conciliação Ambiental (no momento está

tratando apenas processos remanescentes do período em que a Conciliação estava vigente).

Em 2023 foram julgados 500 Autos de Infração em 2ª instância dos quais 429 foram homologados, 54 foram cancelados, 16 prescritos e 1 não teve seu recurso conhecido. Foram julgados 621 processos em 1ª instância pela EIJAI dos quais 73 foram Autos de Infração cancelados.

Quanto às Audiências de Conciliação Ambiental, esse procedimento foi revogado pelo Decreto 11.373/2023. Entretanto, naquele momento havia uma grande quantidade de processos de Auto de Infração pendentes de realização de Audiência. Foi necessário estabelecer uma delegação de competências aos servidores do Núcleo de Conciliação que passaram a compor a Equipe de Conciliação Ambiental com prazo determinado para conclusão dos trabalhos (junho de 2024). Após a delegação de competências foram retomadas as Audiências de Conciliação para os processos aptos. Em 2023 foram realizadas 537 Audiências. A meta estabelecida para o segundo semestre de 2023 era de 400 audiências realizadas.

Em relação a queimadas, o ICMBio tem adotado a abordagem do Manejo Integrado do Fogo e a cada ano mais UCs adotam essa estratégia, elaborando os seus Planos de Manejo Integrado do Fogo - PMIFs. A quantidade de UCs monitoradas passou de 92 em 2022 para 139 em 2023, um acréscimo de 50% em relação a 2022. A área manejada com fogo nas unidades de conservação federais em 2023 foi de 304.000 hectares, muito semelhante ao ano anterior. Entretanto, o total de área em UCs afetada por incêndios em 2023 foi de 658.454 hectares, 25% inferior ao ano anterior, em que pese a influência do El Niño. Como demonstram os dados coletados (dados gerados pela DGEO e validados pela CMIF), conforme aumentam as ações de prevenção (área manejada com fogo) diminui a área afetada por incêndios.

Outra ação do ICMBio relacionada ao combate a incêndios florestais foi a participação na Missão Humanitária de apoio ao combate aos incêndios que atingiram o Canadá em 2023. Foram enviados para participar da delegação brasileira 15 brigadistas e mais 5 servidores do Instituto. Ao todo, foram 104 especialistas em combate a incêndios florestais, que atuaram nas florestas mais afetadas do Canadá. Para além do apoio no combate, para os especialistas do Instituto esta foi uma oportunidade de capacitação, de trocar experiências e fortalecer redes de apoio com brigadas do mundo todo.

Foram realizados 86 cursos de formação de brigada e aprovados 51 PMIF, sendo que mais 3 PMIF estão em processo de aprovação.



58%

Redução do desmatamento nas UC localizadas na Amazônia, na comparação com o ano anterior. Esta redução foi detectada no período de agosto de 2022 a julho de 2023 pelo PRODES.

7

Emergências Ambientais

O ano de 2023 foi caracterizado por eventos extremos e o ICMBio atuou em várias frentes. De um lado, as enchentes que atingiram a região sul do país, enquanto a região norte enfrentava seca extrema, impactando drasticamente pessoas, fauna e flora. Em ambos os incidentes, a Divisão de Emergências Ambientais (DEA) coordenou a logística de operacionalização da resposta.

Na Emergência Seca Amazônica, o ICMBio apoiou as UCs na articulação junto ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome para mapeamento das famílias atingidas, quantidade de cestas básicas e toda a logística de entrega.

Outra emergência ambiental que o Brasil tem enfrentado é a Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP), que tem acometido a fauna silvestre e envolvido 113 unidades de conservação de todo território brasileiro no monitoramento ativo das áreas ocupadas por essas espécies, com 6 unidades de conservação atingidas, sendo elas: Área de Proteção Ambiental Baleia Franca, Estação Ecológica Taim, Parque Nacional Superagui, Parque Nacional Restinga de Jurubatiba, Área de Proteção Ambiental Região Serrana de Petrópolis e mantendo foco ativo no Parque Nacional Lagoa do Peixe.

Desde meados do primeiro semestre de 2023, o vírus da IAAP acometeu 21 espécies de aves silvestres, entre elas trinca-reis-de-bando, pardela-preta, trinca-reis-de-bico-vermelho e trinca-reis-real, ambas ameaçadas de extinção. Em outubro, outro grupo acometido foram os mamíferos marinhos, como o leão marinho e lobo marinho, que somam mais de 900 indivíduos, entre mortos e doentes.

No estado do Amazonas, a Emergência Botos Tefé registrou a morte de 154 botos, sendo 131 indivíduos de botos vermelhos (*Inia geoffrensis*) e 23 tucuxis (*Sotalia fluviatilis*). Na Emergência Botos Coari, também coordenada pela DEA, foram registradas as mortes de 70 *Inia geoffrensis*, 35 *Sotalia fluviatilis* e 15 indivíduos não identificados. Análises preliminares apontam para uma relação da causa primária da morte desses botos com as altas temperaturas da água dos lagos. Amostras biológicas dos indivíduos de Coari estão em análise, mas muito provavelmente trata-se de eventos similares.

Outro incidente foi a Emergência Fauna Pantanal, que contou com a coordenação da DEA e o apoio importante e estratégico dos centros RAN e CEPTA, além de outras instituições como SEMA-MT, IBAMA, Instituto Pantera, GRAD, AMPARA e INDEA-MT. Todos atuaram no monitoramento da fauna diretamente atingida por incêndios e monitoramento dos animais vivos feridos pelo fogo.

A Estação Ecológica do Taim (ESEC Taim), localizada no sul do Rio Grande do Sul, registrou, em 2023, pela primeira vez, casos de influenza aviária de alta patogenicidade (H5N1) em aves silvestres.
Foto: Foto: Rebeca Hoeller/CCom ICMBio

8 Criação ou ampliação de UCs

Esta agenda ffoi retomada após a paralisação dos últimos anos. Em 2023, foram criadas 14 unidades de conservação, sendo 1 FLONA, 1 PARNA, e 12 RPPNs e três foram ampliadas, totalizando um aumento de 293.945 mil hectares de áreas protegidas.

Foram encaminhados ao MMA dois processos de criação de Resex (Viriandeua e Filhos do Mangue) no Pará e a ampliação do PARNA Serra das Confusões, no PI, e realizadas as consultas públicas referentes às propostas de criação da APA Foz do Rio Doce, no ES, e do Monumento Natural Cavernas do Desidério, na BA, UCs que devem ser efetivamente criadas em 2024.

Ainda sobre a criação de UCs, em 2023, foi planejada pela Diretoria de Criação e Manejo de UC (DIMAN) a Oficina de Criação de UCs federais, realizada na última semana de janeiro de 2024, quando foram convidados pesquisadores, organizações do terceiro setor, representantes de populações tradicionais, e representação dos órgãos estaduais de meio ambiente.



Acima: O Dia da Amazônia foi marcado pela criação da Floresta Nacional do Parima, em Roraima, com 109 mil hectares, e ampliação de duas áreas gerenciadas pelo ICMBio. Também em Roraima, a extensão do Parque Nacional do Viruá, no município de Caracarái passou a ser de 281 mil hectares. Foto: Rebeca Hoefler/CCom ICMBio

Abaixo à esquerda: A Oficina de Criação de UCs federais foi realizada na última semana de janeiro de 2024 e contou com a participação de servidores, pesquisadores, organizações do terceiro setor, representantes de populações tradicionais e de órgãos estaduais de meio ambiente. Foto: João Paulo Cavalcante/CCom ICMBio

Abaixo à direita: Ampliação do Parque Nacional da Serra das Confusões, no sul do Piauí, considerado a maior área de preservação da Caatinga, de acordo com as autoridades federais. Foto: Acervo/ICMBio

9

Revitalização dos territórios de comunidades tradicionais, sobreposição territorial e harmonização de direitos

Esta é uma das frentes mais urgentes de trabalho, de modo a assegurar que estas comunidades tenham seus direitos garantidos e não estejam expostas a conflitos fundiários, violência e ameaças de morte. A desintrusão e a consolidação territorial são medidas básicas, mas não só elas. A garantia da dignidade das famílias extrativistas precisa contar com a disponibilização de políticas públicas de educação, formação continuada, saúde, comunicação, organização comunitária e oportunidades de geração de renda. O ICMBio deve, portanto, atuar em conjunto com outros órgãos para que as políticas específicas alcancem as comunidades.

Neste sentido, em junho de 2023 foi instituída a Comissão Nacional das Reservas Extrativistas Federais - CONAREX, por meio da publicação da PORTARIA CONJUNTA GM/MMA/ICMBIO nº 525, a quem compete apoiar, propor e monitorar a execução de políticas relativas à proteção dos meios de vida e da cultura das populações extrativistas tradicionais, o uso sustentável dos recursos naturais renováveis das reservas extrativistas federais e a conservação da biodiversidade. Foram realizadas duas reuniões ordinárias da CONAREX, em setembro, com a posse dos conselheiros e discussão do Decreto de Regulamentação das RESEX. Atualmente a minuta está em processo de consulta interna no ICMBio e MMA, para após ir para a consulta pública, em 2024.

O ICMBio avançou também na internalização da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, no sentido de respeitar os direitos de povos e comunidades tradicionais. Foi realizado um importante seminário, que aprofundou a discussão na instituição. Está sendo elaborada Portaria que estabelecerá a política interna do Instituto para este tema tão complexo.

A gestão de conflitos territoriais em áreas de sobreposição com territórios tradicionais tem como premissa a compatibilização de direitos e a conjugação da conservação da biodiversidade com a valorização da diversidade cultural. O Termo de Compromisso (TC) é um instrumento de gestão destinado a pactuar responsabilidades entre o ICMBio e as populações tradicionais cujos territórios coincidem com Unidades de Conservação de proteção integral. A partir da caracterização socioambiental de determinado grupo social, procura-se estabelecer estratégias que propiciem um diálogo adequado entre as partes interessadas, reduzindo a polarização e ampliando as possibilidades na construção de soluções, tendo como principal objetivo a conservação da biodiversidade e o respeito às características socioeconômicas e culturais dos grupos sociais envolvidos.

Atualmente o ICMBio conta com 28 Termos de Compromisso vigentes, abrangendo 19 unidades de conservação e envolvendo dezenas de comunidades tradicionais em diferentes localidades do território nacional. No ano de 2023, além da prorrogação de seis Termos de Compromisso, três novos instrumentos foram assinados: um na Estação Ecológica de Tamoios/RJ, envolvendo pescadores artesanais, e dois no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses/MA, abrangendo duas comunidades tradicionais. Após a celebração desses instrumentos de gestão, iniciam-se as fases de implementação e monitoramento das normas e acordos pactuados.



Foto: Aurelize Vasconcelos

10

Consolidação das UCs

Foram aplicados R\$ 121.510.482,00 (cento e vinte e um milhões, quinhentos e dez mil, quatrocentos e oitenta e dois reais) de recursos orçamentários na aquisição de 22 embarcações, 11 tratores, 176 veículos (entre aquisições e locações), abastecimento e manutenção de frota, almoxarifado virtual, 146 eventos nacionais, obras em UC e aquisição de mobiliário, além do recurso aplicado no aluguel da sede.

Quanto à compensação ambiental, até outubro de 2023, foram depositados R\$ 375.458.032 no FCA gerido pela Caixa, conforme quadro ao lado:

Ação	Aporte em 2023
Regularização fundiária	R\$ 228.072.531,44
Plano de manejo	R\$ 13.791.537,27
Implementação da UC	R\$ 132.493.616,61
Criação de UC	R\$ 73.488,25
Pesquisa	R\$ 1.026.859,17
Total	R\$ 375.458.032,75

Ainda no exercício de 2023 foram celebrados 23 Termos de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, totalizando o valor de R\$ 124.303.765, em benefício de 55 unidades de conservação, sendo 21 na modalidade de execução com depósito no Fundo de Compensação Ambiental – FCA e dois na modalidade de execução direta.

A execução da Compensação Ambiental de 2023, quando comparada ao ano anterior, aumentou 109,43%, chegando ao valor de R\$ 66.557.226.

Um novo modelo de execução dos recursos do FCA está sendo elaborado por um Grupo de Trabalho envolvendo Caixa Econômica Federal e Instituto Chico Mendes, visando aperfeiçoar/acelerar a execução do FCA com os seguintes encaminhamentos:

- Possibilitar a seleção de instituição executora externa à Caixa, para execução do FCA (contratação indireta).
- Alterar o enquadramento das contratações do FCA para o concorrencial, possibilitando a elaboração de um regimento de contratações específico para o Fundo.
- Manual de Compras e Contratações FCA: Com base no novo entendimento jurídico citado acima, foi iniciada a elaboração de manual de compras específico para o Fundo, visando dar mais agilidade à execução.

O Planejamento Anual de Execução do FCA para 2024 foi iniciado em julho de 2023, e contou com a participação direta de 138 unidades de conservação distribuídas por todo o território nacional, além das instâncias regionais e da sede do Instituto Chico Mendes. O PAE 2024 totaliza um valor estimado de R\$ 178.065.493,86 (cento e setenta e oito milhões, sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e três reais e oitenta e seis centavos), sendo R\$ 70.440.463,15 em bens e 107.625.030,71 em serviços, beneficiando 176 unidades de conservação.

No tema planejamento de UC, 16 oficinas de plano de manejo foram realizadas, das 55 UC com planos em elaboração. Em 2023, foram concluídos 20 planos de manejo, sendo 11 planos novos, para UCs que ainda não dispunham desse importante instrumento de gestão, e nove planos atualizados, seis deles por meio de revisão geral e três por meio de revisão pontual. Considerando os 11 novos planos de manejo publicados, atualmente 236 UCs (70%) possuem plano de manejo para orientar sua gestão, restando 100 UCs que aguardam a formalização deste instrumento. O ano foi finalizado com outros 14 processos em fase de aprovação e houve um significativo aumento no número de planos de manejo publicados,

passando de sete em 2022, seis deles novos, para 20 em 2023.

A consolidação territorial das UC, que é um dos pressupostos fundamentais para a efetividade das unidades de conservação destinadas ao domínio público, compreende todas as ações voltadas à promoção da regularização fundiária, que pode ocorrer por meio de desapropriação, recebimento de áreas em doação como forma de compensação de reserva legal, outras formas não onerosas de aquisição de imóveis, e por meio do repasse das terras da União pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) ou Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), bem como as ações de consolidação de limites, entre as quais, a demarcação e sinalização de limites.

Em 2023, essa ação foi executada predominantemente com recursos de compensação ambiental. Foram desapropriados, pela via administrativa, 10.141,71 hectares em unidades de conservação de domínio público, totalizando R\$ 58.068.177,15 de recursos empregados no pagamento de imóveis, incluindo terras e benfeitorias. Além dessas áreas, cuja desapropriação foi efetivamente concretizada no ano de 2023 mediante a transferência do registro imobiliário ao ICMBio e pagamento da indenização, restaram ainda 7 processos conclusos para pagamento ou encaminhamento para ajuizamento de ação de desapropriação, que correspondem a cerca de 1.828,69 hectares, cujos valores de indenização totalizam R\$ 11.752.135,14.

No que se refere ao recebimento em doação de imóveis como forma de compensação de reserva legal, no ano 2023, esse mecanismo viabilizou a regularização de 8.133,32 hectares em diferentes unidades de conservação. Ademais, outros 51 imóveis foram habilitados para compensação de reserva legal, perfazendo 23.782,04 hectares de áreas aptas a serem doadas.

Em relação aos procedimentos para a transferência de áreas públicas situadas em unidades de conservação federais, o ano 2023 foi marcado pelo restabelecimento da interlocução com a SPU, o INCRA e o MMA. A retomada das negociações permitiu a celebração com o Incra de contrato de concessão de 145.248,69 hectares na Reserva Extrativista de Cazumbá Iracema, no estado do Acre. Além disso, também foram iniciadas tratativas com a SPU para a entrega de cerca de 1,27 milhões de hectares de área públicas situadas em unidades de conservação no estado de Roraima.

O recebimento dessas áreas é um importante instrumento de consolidação territorial, viabilizando a plena gestão das unidades de conservação pelo ICMBio e garantindo a segurança jurídica na posse das

populações tradicionais beneficiárias a quem o ICMBio outorga a concessão de direito real de uso, coletiva e gratuitamente, por meio das associações e cooperativas representativas das comunidades.

Em relação à aquisição de terras, a estratégia imediata é articular os processos em fase final de instrução com a destinação de recursos de compensação ambiental e fortalecer a compensação de reserva legal, ao tempo em que se avança em um plano estratégico de regularização fundiária com diversas parcerias.

No contexto das ações de consolidação de limites, no exercício de 2023 o ICMBio concluiu a demarcação de 5 unidades de conservação, além de dar continuidade à demarcação de outras três. Além disso, realizou a verificação e/ou refinamento de limites de 22 unidades e conservação. Foram também analisados 14 projetos de sinalização.

Nessa mesma ação foram realizadas 265 análises de sobreposição em ações judiciais de desapropriação, usucapião e inquéritos civis que tratam de regularização fundiária, e 1.087 análises da sobreposição em processos de desapropriação administrativa, compensação de reserva legal, doação, serviço de informações ao cidadão (SIC), consultas relacionadas à situação fundiária em processos de fiscalização, autorização para licenciamento e plano de manejo.

Em relação à fiscalização, estão sendo revistos e aprimorados os regulamentos existentes. Alguns pontos importantes são:

- Equipes Especiais de Fiscalização.
- Educação Física Institucional.
- Ciclo de Planejamento e Execução da Fiscalização Ambiental – CPEFis.
- Procedimento Operacional Padrão – POP.
- Protocolo de resgate e salvamento.
- Sistema de câmeras corporais.
- Período mínimo de participação.
- Vedação a comissionados de fora da carreira de especialista em meio ambiente.
- Nova comprovação de capacidade técnica e psicológica dos servidores detentores de porte de armas de fogo, que será exigida a cada cinco anos.
- Definição de uso, guarda e capacitação para armas longas.

- Os agentes em exercício na Sede, com exceção daqueles em exercício na CGPRO e os Instrutores de Tiro, não terão armamentos acautelados de forma permanente.

Com a finalidade de implementar as estratégias institucionais, as ações de fiscalização do ICMBio podem ser classificadas em dois tipos: rotina e operação. As ações de rotina são atividades que exigem menor logística para execução, com frequência regular e geralmente, com equipe local. Já as operações são ações mais complexas, seja por questões técnicas ou de logística, que necessitam de planejamento mais minucioso quanto a operacionalização e custos, podendo ser necessário o recrutamento de pessoas de outras instituições e servidores de outras localidades.

Os números de ações de fiscalização realizadas em 2023 foram 467 ações de rotina e 581 operações, números efetivamente maiores que aqueles realizados em 2022 (405 ações de rotina e 382 operações), demonstrando que as ações de fiscalização ganharam força, aumentando a presença institucional em campo e demonstrando que as equipes estratégicas têm se comprometido cada vez mais no desenvolvimento de suas atividades e no feedback dos resultados dessas ações.

Em 2023, para arcar com as atividades gerenciais do setor de fiscalização, bem como atender as demandas emergenciais, realizar a aquisição de material controlado, apoiar a capacitação e descentralizar os recursos necessários para operacionalização das ações de fiscalização, a Coordenação de Fiscalização (COFIS/CGPRO/DIMAN) executou pouco mais de vinte e oito milhões de reais de recursos orçamentários. Cabe pontuar que estes valores quando comparados ao ano anterior (2022), representaram um acréscimo de 294,71%.



Foto: Hevelise Dias



Foto: Hevelise Dias

11

Uso para todos os públicos

O número de visitantes nas unidades de conservação vem crescendo consistentemente. Para além dos Parques Nacionais, outras categorias de UCs têm sido objeto de planejamento do uso público, como é o caso da Resex Unini, Estação Ecológica do Taim, Monumento Natural Cagarras etc.

Para ampliar as possibilidades de implementação da visitação como atividade fundamental para que a sociedade crie vínculos com as UCs, e para ampliar as possibilidades de atividades econômicas sustentáveis para os comunitários que vivem dentro das UCs, o ICMBio, por meio da CGEUP/DIMAN, realizou a Oficina de Turismo de Base Comunitária, que integrou servidores de diferentes diretorias do ICMBio, unidades de conservação e centros de pesquisa para alinhamentos fundamentais e subsídios ao planejamento do TBC.

Além disso, foram realizados cursos para os públicos interno e externo, para qualificar a visitação e ampliar o uso e o perfil dos usuários da recreação em UC, conforme segue:

- Capacitações para qualificação de condutores de visitantes em quatro UCs (PN Jericoacoara, MONA Cagarras, PNM Fernando de Noronha, PN Pau Brasil).
- Curso Anfitrião interpretativo, com investimentos na qualificação de atendimento em UC com concessão e UC com comunidades ou sobreposição, valorizando o viés comunitário/indígena. O curso foi oferecido para oito UCs (PN Itatiaia, PNM Fernando de Noronha, PN Pau Brasil, PN Descobrimento, PN Monte Pascoal, PN Abrolhos, Resex Cassuruba e Resex Corumbau).
- Cinco edições do Curso de Planejamento e Manejo de Trilhas Sustentáveis, com participação de servidores de 16 unidades de conservação federais. Para além dos servidores federais (efetivos e agentes temporários), os cursos promoveram a participação de diversos parceiros, em especial comunitários, condutores de visitantes, concessionários, gestores de UC de outras esferas de governo e voluntários da Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso.

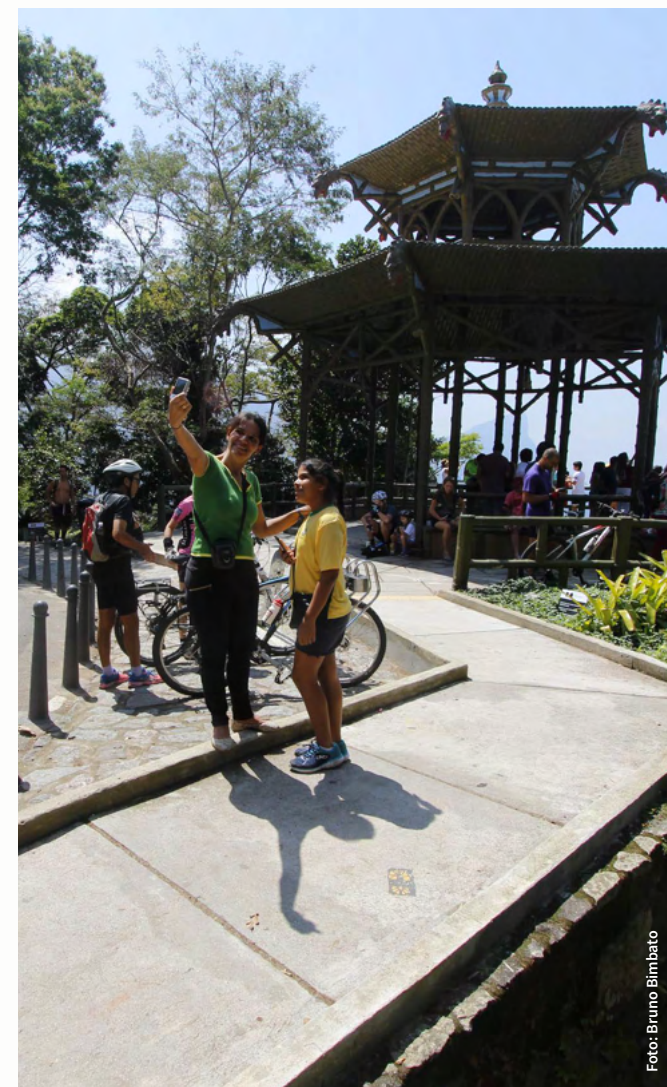
- Oficina de Gestão da Segurança da Visitação, oferecida para servidores do ICMBio, com apoio do Serviço Florestal Americano e Serviço de Parques Nacionais dos Estados Unidos, de forma a aprimorar as políticas de gestão de segurança da visitação e viabilizar a execução dos dispostos na Portaria Normativa nº1020/2022.

Também foram publicados 23 editais de delegação de serviços de apoio à visitação, sendo dois editais de concessão de serviços (PN Jericoacoara e PN Chapadados Guimarães), e 21 editais de autorização para prestação de serviços como condução de visitantes, transporte terrestre, locação de equipamentos, comercialização de alimentos etc. Importante ressaltar que a meta para o ano de 2023 foi ultrapassada, pois esta era de 14 editais.

Até o final de 2023 (incluindo os anos anteriores), foram emitidas mais de 6.300 autorizações em 40 UCs, a maioria para condução de visitantes, além de seis UCs com concessão de serviços de apoio à visitação e outras três UCs com permissão.

O Programa de Voluntariado do ICMBio tem o propósito de promover o engajamento da sociedade na conservação da biodiversidade por meio da ação voluntária e do reconhecimento público dessa contribuição, de modo que as pessoas desenvolvam uma relação positiva com a natureza e com o ICMBio, contribuindo para a preservação do nosso patrimônio ambiental.

O número de vagas ofertadas pelo Programa funciona como o principal indicador estratégico. No ciclo 2022-2023, a meta institucional global do ICMBio para esse indicador era a oferta de 1.600 vagas de voluntariado. Para o Ciclo 2023-2024, a Portaria MMA 629/2023 fixou como meta institucional global do ICMBio para esse indicador a oferta de 2.000 vagas. Ao longo de 2023, foram ofertadas 5.185 vagas de voluntariado, com distribuição ao longo dos meses e nas diferentes unidades organizacionais. O destaque ficou com as 3.137 vagas ofertadas pelos Parques Nacionais.





12

Centros de Pesquisa e a conservação para além das áreas protegidas

Em 2023, foram elaborados nove PANs, quatro foram publicados (Fauna Aquática da Bacia do Rio São Francisco, Aves da Amazônia, Aves do Cerrado e Pantanal, e Aves da Mata Atlântica) e os demais encontram-se em fase final de validação técnica. O PAN é uma ferramenta que ganhou legitimidade e confiança ao longo dos 16 anos do ICMBio. Com a rede de parceiros restabelecida em 2023, que é um dos grandes ativos dos PAN, foram retomados os Grupos de Assessoramento Técnico (GAT) dos PANs. Ressalte-se que o ICMBio é a única instituição que acompanha, monitora e avalia os planos elaborados.

A Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO/ICMBio) realizou, em 2023, uma chamada interna de implementação de ações de PAN, que aprovou 100 propostas dos CNPCs, das quais 46 foram iniciadas.

Os projetos externos e as parcerias foram fundamentais para a implementação dos planos, entre os quais destacam-se o Projeto Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF-Terrestre), Projeto Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (GEF Pró-Espécies), e Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF-Mar). Em 2023, o ICMBio, coordenado pela equipe DIBIO, aprovou junto ao GEF o Projeto “Territórios da Vida Silvestre” garantindo US\$ 18.500.000 para atuar na integridade e conectividade de territórios críticos para conservação da biodiversidade brasileira.

Em 2023, O ICMBio concluiu a etapa de avaliação de 14.949 taxons da nossa fauna, contando com a participação de 13 CNPCs e mais de 1.500 especialistas envolvidos ao longo do processo. Todo esse trabalho é gerenciado pelo Sistema SALVE, desenvolvido pelo ICMBio e que no ano passado teve sua interface pública lançada. Dessa forma, o Instituto passou a disponibilizar os resultados das avaliações e os dados utilizados para categorizar cada uma das espécies analisadas. Dessas quase 15 mil espécies, atualmente estão acessíveis a toda sociedade mais de 8.400 fichas completas. Todo esse material está acessível em <https://salve.icmbio.gov.br>.

Em outubro de 2023 foi encaminhada ao MMA uma nova proposta de atualização da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção. Esta proposta complementa a proposta que subsidiou a Portaria MMA 148/2022, última atualização da Lista, concluindo as atualizações resultantes das análises realizadas pelo ICMBio entre os anos de 2015 e 2023. Estima-se que, após a apreciação da proposta pelos membros da CONABIO, conforme definido na Portaria MMA 162/2016, o MMA publique as portarias com as atualizações das listas ao longo de 2024.

Foi retomada a realização presencial do Seminário de Pesquisa e Encontro de Iniciação Científica do ICMBio, também com transmissão online após três edições realizadas a distância, tendo 176 pessoas participado presencialmente, 200 pessoas a distância, com 142 trabalhos apresentados. O evento marcou a conclusão de 42 projetos de Iniciação Científica do ciclo 2022/2023 e o início do ciclo 2023/2024, que conta com 62 estudantes de graduação desenvolvendo pesquisas aplicadas à conservação no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do ICMBio – PIBIC/ICMBio.

O Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade do Instituto Chico Mendes - Programa Monitora caracteriza-se por ser de longa duração, voltado ao monitoramento do estado de conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos associados. Seus resultados subsidiam a avaliação da efetividade de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a adaptação às mudanças

climáticas e o uso e manejo dos recursos naturais nas unidades de conservação. O Monitora iniciou a coleta de dados de monitoramento da biodiversidade utilizando um aplicativo de licença livre, que envia os dados diretamente para o SISMonitora, onde são armazenados e posteriormente disponibilizados para a sociedade, substituindo, assim, formulários em papel. Vinte e nove das 113 UCs participantes do Programa utilizaram o aplicativo e o Sistema em 2023.

O trabalho dos 14 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação (CNPCs) requer elevada capacidade técnico-científica, a participação de diferentes setores interessados e recursos financeiros. Os Centros, além de forte atuação junto às unidades de conservação, tanto na orientação técnica quanto apoiando diretamente o manejo e monitoramento dessas áreas protegidas, ainda trabalham em prol da conservação de nossa biodiversidade no território brasileiro para além desses espaços protegidos. Entende-se necessário, portanto, avaliar estrategicamente o seu grau de alcance, agregando inovação, os saberes científico e tradicional e uma eficiente gestão do conhecimento.

Os Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs) são instrumentos de gestão, construídos de forma participativa, para o ordenamento e a priorização de ações para a conservação da biodiversidade e seus ambientes naturais, com um objetivo estabelecido em um horizonte temporal definido. Para garantir que o plano de ação tenha maior êxito na implementação, o processo contempla a participação multilateral, visando o estabelecimento de um pacto envolvendo diversos segmentos do governo, organizações não governamentais ligadas à conservação, especialistas em conservação de espécies, representantes das comunidades locais ou das autoridades locais, quando



Foto: Bruno Bimbato

apropriado, podendo também envolver o setor privado (por exemplo, representante de empresas florestais, mineradoras ou operadores de turismo) e outras partes chave interessadas.

Estão vigentes 45 PANs para 84% das espécies da fauna ameaçadas de extinção e uma extensa rede de parceiros está envolvida com a implementação destes planos, contando com mais de 400 instituições e mais de 4.000 colaboradores.

A Coordenação de Monitoramento da Biodiversidade (COMOB) e os CNPCs têm envidado esforços no sentido de promover capacitações e oficinas, de modo a atender o crescente número de adesões de novas UCs ao Programa Monitora, em diferentes ecossistemas, assim como para realizar a reciclagem de pontos focais de UCs capacitadas. Com o intuito de manter a qualidade e a padronização das coletas de dados, em 2023 o Programa Monitora oportunizou 32 cursos, entre presenciais e virtuais, capacitando um total de 1.016 pessoas. Além dos eventos conduzidos pela COMOB e CNPCs, foram realizados 18 eventos locais, nas UCs onde os pontos focais coordenam a capacitação dos monitores da biodiversidade.

Em 2023, o ICMBio desenvolveu, em parceria com o IBAMA, o Sistema de Gestão de Dados da Biodiversidade para Avaliação de Impacto Ambiental – SISBia, que vai receber, organizar e disponibilizar à sociedade dados de biodiversidade gerados no âmbito dos processos de licenciamento ambiental federal. O SISBia vai facilitar a utilização desses dados em processos como avaliação do estado de conservação das espécies, planos de ação para conservação, planos de manejo de UC, entre outros.



Foto: Acervo/ICMBio

O sistema está em fase de testes no IBAMA e deve entrar em pleno funcionamento em 2024.

Em relação ao licenciamento ambiental, além da emissão de 54% das ALAs no prazo de 60 dias em 2023, foi realizada capacitação EAD para 80 servidores e presencial para 36 servidores em manifestação para o licenciamento ambiental.

Destacamos também resultados adicionais sobre manejo de espécies exóticas invasoras (EEI) em UCs federais e aqueles relativos aos Planos de Redução de Impactos sobre a Biodiversidade - PRIM. A recém-criada Divisão de Manejo de Espécies Exóticas Invasoras (DIMEEI) apresentou resultados importantes para o combate a essa ameaça no seu primeiro ano de atuação (2023): foram autorizados 16 projetos de manejo de EEI em UCs federais, sendo 03 destes renovação de autorização emitida anteriormente. Essas autorizações contemplam 15 UCs, sendo que duas UCs possuem mais de uma autorização. Sete desses projetos envolvem plantas exóticas invasoras (ex.: capins), cinco destinados ao manejo de mamíferos (ex.: javali), dois ao manejo de peixes (ex.: peixe-leão) e um para controle de invertebrado (caramujo-gigante-africano).

Além do controle às EEI, parte importante do manejo consiste em ações de prevenção, assim como de detecção precoce e resposta rápida, que é o combate enquanto a espécie ainda possui pequena população e está contida em uma área pequena. Para atuar nessa estratégia, o ICMBio priorizou 109 UCs federais com base na alta probabilidade que estas áreas possuem de sofrer eventos de introduções de EEI, seja pela proximidade com vetores de introdução ou pela existência de EEI no

entorno destas UCs, tanto no ambiente terrestre quando no ambiente marinho, incluindo as ilhas. Em 2023, com apoio do projeto Gef Pró-Espécies, foi possível contratar 30 bolsistas para atuarem diretamente em 45 destas UCs prioritárias na promoção de ações de prevenção, detecção precoce e resposta rápida de EEI, reduzindo ou impedindo o estabelecimento de propágulos de EEI ao interior das UCs.

Quanto aos Planos de Redução de Impacto sobre a biodiversidade (PRIMs), é importante ressaltar que estes surgem da necessidade de conciliar a conservação da biodiversidade com atividades socioeconômicas. O PRIM é uma ferramenta voltada ao planejamento e gestão territorial, construída de forma participativa e alicerçada no conhecimento científico integrado, capaz de subsidiar a tomada de decisão de empreendedores, licenciadores e órgãos de controle para que possam evitar, mitigar e compensar os impactos negativos associados às atividades socioeconômicas.

Em 2023, foi lançado o Plano de Redução de Impacto de Petróleo e Gás Natural sobre a Biodiversidade Marinha e Costeira (PRIM PGMAR), na comemoração do Dia dos Oceanos. O PRIM PGMAR é uma ferramenta inovadora de planejamento e gestão territorial que identifica medidas objetivas de redução dos impactos e busca espaços geográficos onde se garanta a manutenção dos serviços ecossistêmicos e de populações, sem a perda de espécies sensíveis e ameaçadas de extinção.

Associado ao PRIM PGMAR, o ICMBio está elaborando o Guia de Mitigação de Impactos Ambientais das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural Offshore sobre a Fauna Brasileira. O Guia é específico para a fauna sensível à EPP&G. Nele estão definidas e reunidas as alternativas de mitigação mais efetivas direcionadas a grupos funcionais, ao invés de espécies individuais. Em 2023, houve avanços também na elaboração do PRIM Mineração, previsto para ser publicado em 2024.

Caixa de TextoO ano de 2023 foi profícuo nas realizações em prol da pesquisa e gestão da informação no ICMBio. Em junho, foram apresentados os resultados do Projeto “Avaliação do impacto do fogo sobre a biodiversidade do Pantanal” em uma oficina de dois dias, pelas equipes dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio que atuaram no bioma, em parceria com outras instituições.

O ICMBio edita a revista científica Biodiversidade Brasileira (BioBrasil), que tem como objetivo fomentar a discussão e a disseminação de experiências em conservação e manejo, com foco em unidades de conservação e espécies ameaçadas. A BioBrasil recebeu 88 submissões em 2023 e publicou quatro edições, com um total de 39 artigos. A revista oferece um curso EaD autoinstrucional de capacitação de avaliadores de artigos científicos, disponível na plataforma da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) que certificou 1.261 pessoas em 2023, sendo 662 servidores públicos.

Em 2023, o Sistema de Autorização e Informação sobre Biodiversidade – Sisbio expediu 2.762 autorizações e foram realizados 4.399 atendimentos de pesquisadores por e-mail. Visando capacitar os usuários externos do Sisbio, o Curso “Sisbio – curso básico para pesquisadores” continuou disponibilizado pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP/ EVG. Em 2023, o curso teve 1706 inscrições. No entanto, ainda tem um baixo índice de aprovação/conclusão (29%). De modo a melhorar este percentual, o curso e as atividades avaliativas serão atualizados e simplificados em 2024. Em âmbito interno, o curso “Sisbio para Operadores foi oferecido entre maio e junho de 2023, com a participação de 70 servidores.



Foto: Camille Lugarini



Foto: Diego Mendes



Foto: Leonardo Miliano

► Galeria de Fotos

Retrospectiva 2023



Fotos: Acervo CCom